



PORTARIA CONJUNTA Nº 1322/PR/2022

Instala o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Conceição das Alagoas.

O PRESIDENTE, o 3º VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS e o CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhes confere o art. 21 da [Resolução do Órgão Especial nº 873](#), de 19 de março de 2018,

CONSIDERANDO a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário, instituída pela [Resolução do Conselho Nacional de Justiça - CNJ nº 125](#), de 29 de novembro de 2010;

CONSIDERANDO que, em atendimento a essa política, foi editada a [Resolução do Órgão Especial nº 873](#), de 19 de março de 2018, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Núcleo Permanente de Métodos de Solução de Conflitos e estabelece normas para a instalação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania;

CONSIDERANDO que a Comarca de Conceição das Alagoas possui, em funcionamento, a Central de Conciliação, conforme a [Portaria da Presidência nº 2.506](#), de 29 de outubro de 2010;

CONSIDERANDO a existência de magistrados, servidores, estagiários e voluntários, na Comarca de Conceição das Alagoas, capacitados em mecanismos de solução de conflitos, em especial dos consensuais, como a mediação e a conciliação;

CONSIDERANDO o que constou no Processo do Sistema Eletrônico de Informações - SEI nº 0316796-24.2021.8.13.0000,

RESOLVEM:

Art. 1º Fica instalado, no dia 26 de janeiro de 2022, o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Conceição das Alagoas, integrado pelos setores de cidadania, pré-processual e processual.

Art. 2º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 11 de janeiro de 2022.

Desembargador **GILSON SOARES LEMES**
Presidente

Desembargador **NEWTON TEIXEIRA CARVALHO**



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

3º Vice-Presidente

Desembargador **AGOSTINHO GOMES DE AZEVEDO**
Corregedor-Geral de Justiça